

# Proposição de um modelo de pesquisa-ação para aprimorar práticas humanistas centradas na pessoa: apontamentos metodológicos

Paulo Coelho Castelo Branco

## RESUMO

Este artigo objetiva propor um modelo de pesquisa-ação para aprimorar práticas individuais, educacionais e grupais norteadas pelo referencial da Psicologia Humanista de Carl Rogers. Inicialmente, apresenta as pesquisas desenvolvidas por ele durante a construção do seu método interventivo, segundo um delineamento quase-experimental. Posteriormente, demonstra como Rogers contatou a ideia de pesquisa-ação elaborada por Kurt Lewin e indicou o paradigma fenomenológico e sua metodologia empírica como recursos qualitativos para desenvolver a Psicologia Humanista. Depois, apresenta em que consiste a pesquisa-ação. Em seguida, demonstra como tratar um objeto de estudo e intervenção no referencial rogeriano, organizando-o em um ciclo de pesquisa e ação mediante as etapas de: registro de ideias, teorias e conceitos; planejamento da ação; intervenção; monitoramento da ação com base na Versão de Sentido concebida por Mauro AmatuZZi; e avaliação da ação conforme o método fenomenológico empírico de Amedeo Giorgi. Esse modelo segue critérios metodológicos os quais possibilitam avanços na abordagem rogeriana, na medida em que investiga as implicações das práticas humanistas com certos tipos de experiências e as desenvolve quando necessário.

*Palavras-chave:* Carl Rogers; Fenomenologia; Metodologia; Pesquisa-ação; Psicologia humanista.

## ABSTRACT

### Proposition of an action-research model to improve person-centered humanistic practices: methodological appointments

This article aims to propose an action-research model to improve individual, educational and group practices guided by the framework of Carl Rogers' Humanistic Psychology. Initially, it presents the research developed by Rogers during the construction of his interventionist method, according to a quasi-experimental design. Subsequently, we demonstrate how Rogers contacted the idea of action research developed by Kurt Lewin and indicated the phenomenological paradigm and its empirical methodology as qualitative resources to develop Humanistic Psychology. After that, we present what the action-research consists of. Finally, we demonstrate how to treat a study object and intervention in a Rogerian referential, organizing it in a cycle of research and action through the stages of the recording of ideas, theories, and concepts; action planning; intervention; action monitoring based on the Sense Version designed by Mauro AmatuZZi; and action evaluation according to the Amedeo Giorgi's empirical phenomenological method. We conclude that this model follows methodological criteria, which enable advances in the Rogerian approach insofar as it investigates humanistic practices' implications with certain types of experiences and develops them when necessary.

*Keywords:* Carl Rogers; Phenomenology; Methodology; Action Research; Humanistic Psychology.

## Sobre os autores

P. C. C. B.  
<http://orcid.org/0000-0003-4071-3411>  
Universidade Federal do Ceará –  
Fortaleza – CE  
[paulocbranco@gmail.com](mailto:paulocbranco@gmail.com)

## Direitos Autorais

Este é um artigo de acesso aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC.



Carl Rogers foi um pesquisador que desenvolveu proposições interventivas relacionadas aos campos do aconselhamento psicológico, da psicoterapia, da educação, dos fenômenos relacionais e das terapias grupais (Kirschenbaum, 2007). Durante a edificação do seu trabalho, ele constantemente pensou e repensou sua teoria e prática a partir de hipóteses constantemente submetidas à experiência, à avaliação, à reflexão, à revisão e à atualização (Castelo Branco, 2019). Tal postura está presente desde o aconselhamento não-diretivo (Rogers, 1942/2005), passando pela terapia centrada no cliente (Rogers, 1951/1992; Rogers, 1959/1977 1961/1997) e sua transição para a abordagem centrada na pessoa (Rogers, 1970/2002, 1977/2001). Nesse ímpeto, diversos seguidores de Rogers continuaram desenvolvendo esse legado (Cooper et al., 2013; Joseph, 2018).

Considera-se que o trabalho rogeriano engloba uma diversidade de serviços individuais, grupais e educacionais, os quais partiram do axioma de uma atitude não-diretiva do terapeuta em relação à condução do processo terapêutico (Rogers, 1942/2005; Rogers & Wallen, 1946/2000), que foi rebuscado e aprimorado segundo aportes teóricos e interventivos sobre a mudança da personalidade (Rogers, 1951/1992, 1957/2008, 1959/1977) e o tratamento de pessoas diagnosticadas com esquizofrenia (Gendlin & Rogers, 1967). Fora do campo clínico, tal desenvolvimento aconteceu na esfera educacional, para proporcionar aprendizagens significativas (Rogers, 1983/1985b) e no campo terapêutico grupal, para proporcionar experiências formativas de facilitadores e fomentar encontros que incensassem o crescimento intra e interpessoal (Rogers, 1970/2002). No que concerne ao domínio de pensar a ciência psicológica, Rogers (1964, 1968/1973) estabeleceu variados apontamentos sobre paradigmas de conhecimento científico, desenvolveu pesquisas clínicas segundo um delineamento quase-experimental (Gordon et al., 1954; Grummon, 1954; Rogers, 1961/1997) e apontou diversas possibilidades para ampliar uma ciência humanista com base em metodologias qualitativas e empíricas (Rogers, 1985a).

Desse vasto panorama, observa-se uma postura para desenvolver práticas humanistas centradas na pessoa (nos âmbitos clínico, educacional e grupal). Ou seja, são práticas que podem se valer dos aportes rogerianos, sejam eles clínicos, educacionais ou grupais; e, também, valer-se da postura científica de atenção aos aspectos que possibilitam aprimorar tais contribuições nos seus mais diversos campos de atuação. Essa postura esteve presente na carreira de Rogers e pode ser útil para pesquisadores dessa prática, no sentido de implicá-la, aplicá-la e aperfeiçoá-la diante de outros contextos e objetos de estudo e intervenção que não foram investigados por ele.

Com efeito, este artigo objetiva propor um modelo de investigação baseado na pesquisa-ação como um meio para

aprimorar práticas clínicas, educacionais e grupais norteadas pela Psicologia Humanista de Rogers. Salienta-se que existem várias modalidades de pesquisa-ação, como a de estudos sobre grupos sociais, a prática, a técnica, a política, a socialmente crítica e a emancipatória (Tripp, 2005). Em específico, a proposição em tela se ocupa com a modalidade de pesquisa-ação prática, em que o profissional-pesquisador, ao desenvolver uma ação (individual ou grupal) em um campo de atuação, investiga-a de modo a aprimorá-la.

Destarte, este artigo, inicialmente, mostra de forma breve como Rogers empregou o delineamento quase-experimental para realizar suas pesquisas e intervenções clínicas. Em seguida, argumenta que ele deixou pistas para desenvolver metodologias mais qualitativas, fenomenológicas e de pesquisa-ação. Depois, apresenta um desenho geral da pesquisa-ação como uma alternativa ao delineamento quase-experimental desenvolvido por Rogers. Por fim, organiza uma proposta de pesquisa-ação como suporte para aprimorar práticas humanistas centradas na pessoa.

## O DELINEAMENTO QUASE-EXPERIMENTAL COMO DESENHO DE PESQUISA EMPREGADO POR ROGERS

Em 1940, Rogers (1942/2005) postulou que um aconselhamento psicológico bem conduzido produzia os mesmos efeitos da psicoterapia, naquela época restrita a médicos com formação psicanalítica. A partir disso, Rogers (1977/2001) lançou uma possibilidade de trazer o ofício da psicoterapia para o campo da Psicologia Clínica. Assim, Rogers (1951/1992) estabeleceu que o objeto de estudo e de intervenção da psicoterapia era a mudança de personalidade e que cabia ao terapeuta desenvolver condições para isso (Rogers, 1957/2008). Contudo, pelas exigências do contexto universitário ao qual ele estava submetido, tal proposição devia ser submetida à pesquisa para comprovação e validação.

Como pesquisador e clínico, Rogers (1961/1997) se apropriou de um delineamento de pesquisa quase-experimental, bastante difundido no ambiente acadêmico em que ele se doutorou, na Universidade de Columbia (1926-1931), e trabalhou, nas universidades de Ohio (1938-1945), Chicago (1945-1957) e Wisconsin (1957-1963). Em síntese, o programa de pesquisas que Rogers coordenou objetivou: em Ohio, investigar a efetividade de sua proposição de aconselhamento não-diretivo na clínica com pessoas com problemas de adaptação (Rogers, 1942/2005); em Chicago, avaliar a efetividade da terapia centrada no cliente em processos de reorganização e mudança de personalidade (Gordon et al., 1954; Grummon, 1954); em Wisconsin, avaliar os efeitos da terapia centrada no cliente, já validada e reconhecida pela *American Psychological Association* (APA), em pessoas diagnosticadas com esquizofrenia, um

problema mais severo de desorganização da personalidade (Gendlin & Rogers, 1967). No que concerne ao delineamento quase-experimental de pesquisa clínica empregado por Rogers e seus colaboradores (mestrandos e doutorandos), pode-se resumir-lo da seguinte forma (Gendlin & Rogers, 1967; Grummon, 1954; Rogers, 1961/1997;).

Inicialmente, ocorreu o estabelecimento de um *grupo experimental*, nomeado como *grupo em terapia*, de clientes avaliados dois meses antes do início do processo terapêutico, durante suas sessões e seis-doze meses, após o seu término (Rogers, 1961/1997). Essas avaliações foram procedidas a partir do uso de vários testes psicológicos que serviam como instrumento de pesquisa que ajudaram a responder diversas hipóteses elencadas sobre o processo terapêutico, sua eficiência e os seus efeitos. Para exemplificar, destacam-se o Teste de Acepção Temática, Escala de Maturidade Emocional, Escala de Atitudes em Relação a Si Mesmo e aos Outros e o uso de eletrodos e polígrafo para registro de reflexos psicogalvânicos, Escala de Processos e a Técnica Q de Stephenson (Grummon, 1954; Rogers, 1961/1997). Foram, ainda, elaborados instrumentos desenvolvidos a partir de uma perspectiva rogeriana, destacando-se o Inventário de Relacionamento, Escala de Processos, Escala de Empatia Acurada, Escala de Consideração Positiva Incondicional, Escala de Congruência, Escala de Experiência (Gendlin & Rogers, 1967).

Em paralelo ao grupo experimental, constituiu-se outro bloco amostral, chamado de *grupo controle*, submetido aos mesmos procedimentos avaliativos, porém sem os indivíduos entrarem em contato com o processo interventivo centrado no cliente. A finalidade era avaliar se o método psicoterapêutico era uma variável que influenciava os processos de reajustamento e de reorganização da personalidade (Grummon, 1954).

A seleção dos grupos experimental e de controle ocorreu com base em variados critérios de inclusão e exclusão. Os clientes atendidos e os indivíduos não submetidos à terapia foram avaliados no mesmo período. Ressalta-se que os participantes dos grupos foram pareados em termos de número, gênero, idade, nível educacional e estado socioeconômico (Gendlin & Rogers, 1967; Grummon, 1954;).

Com efeito, o delineamento quase-experimental ancorou as pesquisas clínicas coordenadas e orientadas por Rogers e possibilitou (Gordon et al., 1954): o levantamento de diversas hipóteses com base nas experiências clínicas; o aprimoramento de um método clínico; a aplicação, a adaptação e o desenvolvimento de variados instrumentos (inventários, escalas e medidas) de avaliação psicológica, utilizados para testar as hipóteses estabelecidas; consideração dos achados clínicos e resultados dos testes, por parte da equipe de pesquisa e de consultores internos e externos à proposta rogeriana; ponderação sobre a utilidade desses achados e do seus resultados

para a sistematização de uma teoria e prática baseada em novas hipóteses; publicação para que a comunidade profissional e acadêmica possa usar tal teoria e prática, de modo a replicá-la e colocá-la à prova.

Salienta-se que essa perspectiva é comum em termos de orientação científica para desenvolver um conhecimento baseado em evidências (Silvino, 2007) e que o delineamento quase-experimental se trata de um desenho bastante usado em pesquisas clínicas nos âmbitos da Psicologia, Enfermagem e Medicina (Dutra & Reis, 2016). Partindo disso, Rogers adotou nas universidades de Ohio, Chicago e Wisconsin essa estratégia de fazer ciência para propor, aprimorar, validar e difundir o seu método interventivo.

## **DO DELINEAMENTO QUASE-EXPERIMENTAL ROGERIANO PARA UMA EXPRESSÃO MAIS HUMANISTA-FENOMENOLÓGICA COM INFLUÊNCIA DA PESQUISA-AÇÃO**

Ao se aposentar e sem precisar recorrer aos imperativos científicos reinantes no contexto universitário onde trabalhou, a partir de 1963, Rogers passou a residir na Califórnia, onde: tornou-se professor visitante do Instituto Ocidental de Ciências do Comportamento; trabalhou com outros colaboradores no sentido de desenvolver experiências formativas e interventivas de facilitadores em grupos terapêuticos intensivos que ocorriam fora das cercanias clínicas; começou a implicar elementos de sua atitude terapêutica ao contexto educacional de modo a facilitar aprendizagens mais significativas (Kirschbaum, 2007).

Nesse novo momento da carreira, Rogers (1968/1973) se aproximou da Fenomenologia, entendendo-a como um paradigma que poderia ser alternativo às ciências do comportamento. Rogers (1964) demarcou uma crença de que as pesquisas fenomenológicas poderiam complementar os achados estabelecidos por essas ciências, sobretudo, no que concerne à dimensão subjetiva presente na clínica e nas relações interpessoais. Assim, ele se interessou por diversos métodos de pesquisa qualitativa, especialmente o método fenomenológico empírico desenvolvido por Adrian Van Kaam e Amedeo Giorgi. Rogers (1985a) argumentou que esses métodos ajudariam a tornar a Psicologia Humanista mais rigorosa em suas pesquisas empíricas, trazendo um olhar qualitativo que valoriza a experiência humana. Ressalta-se que a Fenomenologia remetida por Rogers não é aquela metodologicamente desenvolvida por Edmund Husserl e os seus seguidores, mas se trata de um movimento de recepção da Fenomenologia na Psicologia estadunidense, que viu essa filosofia com ressalvas, caso ela não se ancorasse em estudos empíricos e clínicos sobre a personalidade (Castelo Branco & Cirino, 2017). Em suma, para Rogers

(1964, 1968/1973, 1985a), a Fenomenologia é um paradigma de ciência útil para a Psicologia Humanista, desde que desenvolvida e exercida em suas nuances qualitativas, empíricas e compreensivas às experiências humanas em suas mais diversas manifestações.

Interessa demarcar que durante a edificação do seu método clínico, Rogers foi convidado a formar profissionais, em 1946-1947, para atender veteranos regressos da Segunda Guerra Mundial com problemas de desajustamento (Rogers & Wallen, 1946/2000). Naquela época, Lewin (1946, 1947) tinha desenvolvido e consolidado uma proposta de pesquisa-ação e grupos de treinamento (*T-Groups*) com base em pesquisas e intervenções para resolver problemas sociais e formar líderes para facilitar tais práticas (Melo et al., 2016).

Foi a partir do trabalho de formação grupal intensivo de psicólogos no método não-diretivo, que Rogers tomou conhecimento dos grupos de treinamento, pelo intermédio do seu mestrandando Thomas Gordon, que fez formação naqueles anos com os seguidores de Lewin no *National Training Laboratory Institute*, em Bethel, Maine (Kirschenbaum, 2007). Ressalta-se que, em 1946-1947, Rogers ainda não havia batizado e pensado sua proposta formativa em termos de grupos de encontro (Rogers & Wallen, 1946/2000). Acredita-se que é a partir desse trabalho que é possível identificar de onde procedeu a influência de Lewin indicada por Rogers (1970/2002) em suas práticas formativas e interventivas terapêuticas grupais, nos anos de 1960-1970. Neste período, em que aconteceu o desenvolvimento dos grupos de encontro, Rogers (1970/2002) buscou aprimorar sua prática em um contexto fora da clínica individual, inicialmente, enfatizando mais as experiências de aprendizado e formação em sua proposta terapêutica. Posteriormente, os grupos de encontro passaram a enfatizar mais o atendimento de pessoas com o intento de favorecer o crescimento intra e interpessoal, não mais objetivando a mudança de personalidade, tal como era estabelecido nos trabalhos clínicos da terapia centrada no cliente (Rogers, 1951/1992), nem a readaptação psicológica, como era intencionado nos trabalhos de aconselhamento não-diretivo (Rogers, 1942/2005).

Assim, Rogers (1970/2002) seguiu com a lógica de pensar e aprimorar a sua proposta mediante hipóteses constantemente colocadas à prova, porém não mais recorrendo a instrumentos de avaliação psicológica, tal como fazia em suas pesquisas clínicas, mas pela discussão e elaboração das experiências grupais naquilo que elas provocaram nos facilitadores e nos clientes. Rogers (1970/2002) chegou, ainda, a propor o que ele entendeu como uma pesquisa fenomenológica para investigar os resultados de sua intervenção em um grupo de pessoas, a partir da leitura de questionários. Entretanto, Giorgi (1997/2008) criticou a concepção de Rogers sobre o que seria uma pesquisa fenomenológica, no sentido de ele não empre-

gar um rigor metodológico dito fenomenológico empírico na coleta e análise de dados, tampouco realizar uma suspensão fenomenológica – sobretudo das mencionadas hipóteses. A despeito disso, Rogers nunca se preocupou em adotar tal rigor e recomendou o método fenomenológico empírico como um meio para tornar a Psicologia Humanista uma ciência mais humana (Rogers, 1985a).

Sobre as fases do processo grupal descrito por Rogers (1970/2002), é possível perceber algumas influências lewinianas, sobretudo, em relação à identificação de problemas relacionais, estabelecimento de intervenções para resolvê-los e ouvir um *feedback* do grupo em relação ao que aconteceu. Nesse percurso, é importante partir e lidar com as expectativas do facilitador na condução do grupo e fazer alguma avaliação da intervenção sobre os participantes. Salienta-se que todos esses elementos estão presentes na proposta lewiniana de pesquisa-ação em intervenções grupais (Lewin, 1946, 1947), ao passo que é possível encontrar uma menção de que Rogers, ao refletir sobre a sua própria prática com o ímpeto de melhorá-la por meio de investigações, pode ser tomado como um exemplo de psicólogo que empregou a ideia central da pesquisa-ação (Tripp, 2005). É deste ponto que se pode ir para além de Rogers em uma proposição de pesquisa-ação como modelo de investigação para aprimorar práticas humanistas centradas na pessoa.

## INTRODUZINDO A PESQUISA-AÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO

Embora não se tenha certeza sobre quem fundou o desenho da pesquisa-ação, é comum creditar a Lewin a alcunha de pioneiro, dado o seu empenho em disseminar essa proposta (Tripp, 2005). Toda pesquisa-ação deve ter como foco o estudo amplo de uma situação problemática específica tal como vivenciada por um grupo social e pelos seus indivíduos (Lewin, 1946). Assim, a pesquisa-ação segue etapas cíclicas para identificar e solucionar um problema. Conforme ela investiga uma ação, também, gera uma ação, aprimorando-a com base em etapas definidas, a saber (Lewin, 1947): coleta de dados sobre o problema; diagnóstico; implementação da ação; e avaliação. Descreve-se o desenho geral da pesquisa-ação conforme idealizado por Lewin (1946, 1947) e seus seguidores (Melo et al., 2016).

Os problemas, inicialmente, não são apresentados de forma aprofundada, mas a partir das ideias que os sujeitos têm da situação. É importante notar que alguns problemas derivam de outros e geram mais situações difíceis. Por isso, é importante explicitar e sumarizar quais problemas afetam os indivíduos em foco (Melo et al., 2016).

Isso oferece o ensejo para desenvolver um diagnóstico

da situação-problema com base no uso de instrumentos de coleta e análise dos dados. Aqui há uma finalidade compreensiva para identificar os problemas e as estratégias que os indivíduos empregam, ou querem utilizar, para resolver essa situação. O diagnóstico deve, ainda, ser comparado com as ideias expressas na etapa anterior e deve ser criteriosamente amparado por teorias e métodos adequados ao entendimento do problema (Melo et al., 2016). Por isso, "(...) a pesquisa-ação é organizada em torno da procura de soluções teóricas e práticas para o problema da investigação" (Melo et al., 2016, p. 216). Assim, as dimensões entre o que é real e ideal, em relação ao problema e a sua resolução, podem ser comparadas.

Com base nessas informações é possível estabelecer o planejamento e a implementação de uma prática para tentar resolver o(s) problema(s) em tela. O planejamento e a intervenção devem ser pensados e exercidos em termos de pressuposições sobre os seus possíveis resultados, a serem verificados pela experiência prática propriamente dita (Melo et al., 2016).

Finalmente, os resultados das etapas anteriores são verificados de modo a: examinar as lacunas ainda existentes entre o ideal e o real da situação; refazer um diagnóstico; refletir sobre os efeitos da prática, pensando os seus limites e potencialidades para resolver a situação problema. Desta feita, planeja-se novamente a ação e o ciclo se repete até haver uma resolução satisfatória do problema (Melo et al., 2016).

Seguindo essa lógica, todavia com um ímpeto mais voltado para o processo de aprimoramento da prática, pela oscilação sistemática entre o agir sobre a ela e o investigar a respeito dela, Tripp (2005) organiza o ciclo da pesquisa-ação pela identificação do problema, o planejamento de sua solução, a implementação de uma intervenção, o seu monitoramento e a avaliação dos seus funcionamentos e efeitos. Deste modo, a pesquisa-ação implica em dar-se conta dos princípios que conduzem o campo da prática profissional, coletando evidências, pressupostos críticos, crenças e valores subjacentes a ela. Deve-se ter como meta um trabalho que seja de interesse recíproco entre o pesquisador e o(s) participante(s) da pesquisa, baseando-se em um compromisso compartilhado na realização da investigação (Tripp, 2005).

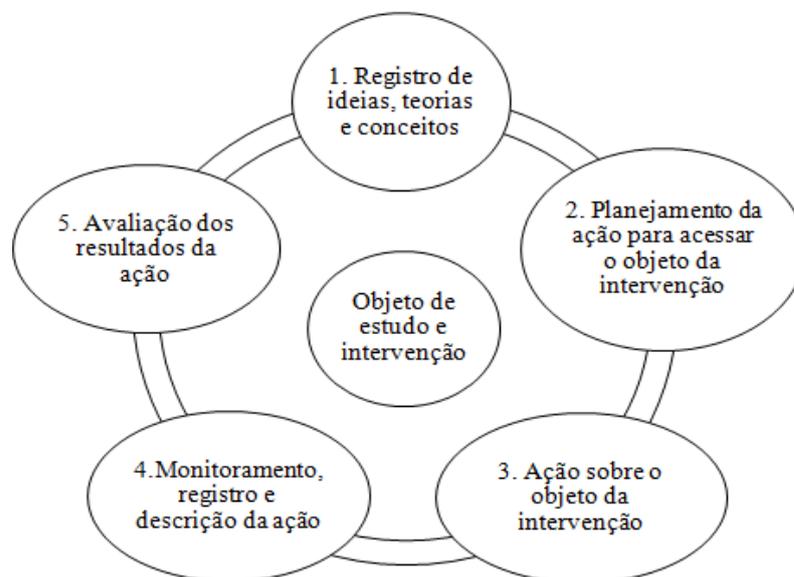
O critério fundamental para propor uma pesquisa-ação ocorre pela reflexão de uma prática sobre um contexto social (Lewin, 1946) e profissional (Tripp, 2005). Isso ocorre mediante avaliação, constante, da prática e do seu aprimoramento, conduzidos pela análise de dados confiáveis e válidos. A pesquisa-ação busca, ainda, identificar se o alvo principal da pesquisa é a criação de um conhecimento teórico ou o aprimoramento da prática profissional (Tripp, 2005). Assim, ela é exercida de forma participativa e colaborativa, considerando a inclusão de todos os envolvidos (pesquisadores e participantes). O pesquisador costuma documentar o seu progresso, com as informações que são produzidas durante os procedimentos interventivos (Lewin, 1947).

Portanto, para os fins da proposição deste artigo, a pesquisa-ação pode ser entendida como uma opção ao delineamento quase-experimental elaborado por Rogers (1961/1997), mantendo a ideia de investigar e aprimorar uma prática interventiva, porém distanciando-se desse delineamento no sentido de não focar as variáveis controláveis de um procedimento e enfatizar o processo de aprimoramento de uma prática em uma postura mais aberta e flexível ao que acontece no seu percurso (Tripp, 2005). Em seguida, propõe-se um modelo de pesquisa-ação para aprimorar intervenções norteadas pelos referenciais teóricos e práticos de Rogers.

## **APONTAMENTOS SOBRE UMA PROPOSTA DE PESQUISA-AÇÃO NORTEADA PELOS REFERENCIAIS INTERVENTIVOS DE ROGERS E POR INSTRUMENTOS E MÉTODOS HUMANISTAS E FENOMENOLÓGICOS**

Inicialmente, faz-se necessário representar graficamente o ciclo da proposta para se ter uma ideia das modulações entre pesquisa e ação e como elas podem servir de suporte para implementar, aplicar, registrar, avaliar e aprimorar uma prática humanista centrada na pessoa. Esta deve ser entendida como qualquer trabalho de ordem clínica, educacional ou grupal, baseado nos referenciais de Rogers. A Figura 1, exposta a seguir, apresenta isso.

Figura 1. Organização do ciclo da pesquisa-ação



Fonte: elaboração própria do autor, inspirado em Tripp (2005).

Antes de iniciar o ciclo da pesquisa-ação, deve-se ter como ponto central a eleição do objeto de estudo em que a intervenção incidirá e permeará o ciclo. No referencial humanista e fenomenológico, todo objeto de estudo deve ser entendido como uma experiência de algo. Esse objeto de estudo pode ser acessado por diversas vias aplicadas, empíricas e experimentais. No que reporta aos interesses desta proposta, a via aplicada indica uma prática que pode ser clínica, educacional ou terapêutica grupal, dado que Rogers (1942/2005, 1957/2008, 1970/2002, 1983/1985b) desenvolveu métodos interventivos para acessar clínica, educacional e grupalmente as experiências alheias.

Segundo Rogers (1951/1992, 1959/1977), a experiência indica a dimensão de sentir tudo aquilo se passa no organismo e potencialmente está disponível para ser simbolizado (significado) pela consciência. A organização dessas impressões, baseadas no que se sente e significa sobre algo, demarca um campo fenomenológico (ou perceptivo) que se expressa no ambiente a partir de comportamentos verbais e subverbais. Ao eleger um objeto de estudo, pelo referencial rogeriano, deve-se entendê-lo, basicamente, por essas noções, porém recorrendo a outras quando necessário.

Com efeito, para aprimorar uma prática humanista centrada na pessoa sobre uma determinada experiência, considera-se como pré-requisito que o proponente tenha um conhecimento sobre a teoria e a prática rogeriana em suas vertentes internas. Esse apontamento inicial é importante no sentido

de fornecer um entendimento sobre o objeto da experiência e como acessá-lo. Trata-se do esforço de tentar fundamentar um entendimento segundo a teoria de Rogers (1951/1992, 1959/1977, 1977/2001), ainda que ela não aborde o objeto de estudo diretamente.

É com base nesse juízo que o proponente, durante a construção do seu projeto de pesquisa e intervenção, inicia o ciclo com o reconhecimento do contexto de situações problemas em que o seu objeto de estudo está situado. Para auxiliar nessa etapa, ajuda o proponente registrar em um texto suas impressões, expectativas e ideias iniciais sobre o objeto da experiência, indicando o que ele espera que a intervenção produza nela. Aqui se expressam as intenções do pesquisador e os benefícios que ele prevê com a sua ação (Tripp, 2005).

Contudo, é preciso que o proponente, também, saia de sua experiência e procure conhecer as pessoas que vivem a experiência em tela, assim como os profissionais que intervêm sobre ela. Trata-se, também, de registrar quais conhecimentos foram produzidos e abordaram o objeto da experiência ante o seu contexto problemático, quais práticas estão buscando resolver isso e quais pessoas estão envolvidas nisso. Pode-se, inclusive, registrar quais teorias e conceitos circulam sobre o objeto da experiência em foco e quais práticas interventivas têm incidido sobre ela. Para auxiliar, recursos metodológicos como a revisão sistemática (Zoltowski et al., 2014) seguida de metassíntese qualitativa (Alencar & Amouloud, 2017) são úteis.

Esse reconhecimento envolve, em suma, o entendimento da situação-problema que afeta a experiência dos participantes (quem são as pessoas afetadas pelo problema?) e das práticas profissionais que tentam resolvê-la. Por esses procedimentos, o proponente pode contatar, além do referencial rogeriano e de suas impressões, outros conhecimentos produzidos sobre o objeto de estudo e as práticas usadas para abordá-lo.

Adentrando a segunda etapa do ciclo, com base no que foi exposto anteriormente, o proponente começa a organizar onde, quando, como e com quem realizará a prática. Essa implementação implica em descrever os procedimentos da intervenção. Nesta etapa, é possível usar os variados aportes descritivos de Rogers para ajudar o proponente a organizar a ação. Recomenda-se, por exemplo, que a intervenção seja descrita em termos do que é/são: a atitude não-diretiva (Rogers, 1942/2005; Rogers & Wallen, 1946/2000); as seis condições terapêuticas (Rogers, 1957/2008) sejam elas organizadas na clínica, nas intervenções grupais, educacionais ou relações familiares (Rogers, 1959/1977); as atitudes facilitadoras nesses contextos interventivos (Rogers, 1961/1997, 1970/2002, 1983/1985b); as fases do processo terapêutico na clínica (Rogers, 1942/2005, 1961/1997), na educação (Rogers, 1983/1985b) ou nas relações grupais (Rogers, 1970/2002). Há, portanto, uma vasta possibilidade de referências rogerianas que ajudam a compor uma descrição minuciosa e detalhada da ação planejada, dependendo da proposta interventiva. Além de ajudar o proponente a se abalizar pelo método interventivo rogeriano, elas, igualmente, possibilitam que outras pessoas entendam como a ação se decorrerá.

A terceira etapa envolve a ação propriamente dita. Neste momento, durante a intervenção, é importante que o pesquisador se deixe levar como pessoa na relação de ajuda. Pelo uso do método interventivo, busca-se alimentar a atitude experientialista, deixando a atitude de cientista em um segundo plano (Rogers, 1961/1997). Por isso, é interessante se valer das ponderações rogerianas e dos seus recursos relacionais para tornar o encontro mais horizontal no sentido de empoderar o sujeito da experiência para que ele possa expressá-la em suas próprias nuances (Rogers, 1977/2001).

Após as intervenções, é interessante que a atitude de cientista se figure para investigar a ação (Rogers, 1961/1997). Adentra-se a uma quarta etapa em que o pesquisador começa a inquirir sobre como a sua prática afetou a experiência do participante. Seguem algumas perguntas para auxiliar nesse momento: a prática está servindo para lidar com esse tipo de experiência? As condições terapêuticas estão sendo necessárias e suficientes para ajudar aquela pessoa a lidar com a sua experiência do problema? Como as minhas atitudes estão afetando o participante? A prática está possibilitando o

participante a avançar no processo terapêutico? Essa prática está funcionando com aquela pessoa, no sentido de ajudá-la a lidar com o problema? Quais os limites encontrados? Como supri-los? É preciso trazer outros elementos terapêuticos para a relação? A teoria rogeriana oferece suporte para entender o que emergiu na relação e aconteceu na intervenção? Preciso buscar outras fontes de conhecimento para adornar a minha prática? Preciso adequar ou mudar algo em relação à minha prática e postura profissional?

Rogers e os seus colaboradores registravam os atendimentos a partir de gravações (áudio e visuais), transcrição e reflexão do ocorrido, chegando a pedir *feedbacks* dos clientes atendidos (Gordon et al., 1954). Embora isso seja uma possibilidade, que poderia ser mais exercida no cenário nacional e atual, existem outros recursos de registro. Indica-se a Versão de Sentido, um instrumento humanista desenvolvido por Mauro Amatuzzi (2019), nas décadas de 1990-2000, para a organização das experiências de terapeutas, usado como recurso formativo de terapeutas. Neste momento do ciclo, é interessante que a Versão de Sentido seja utilizada imediatamente após a ação, para que o pesquisador registre sua experiência imediata e elabore como se percebeu na relação e em sua prática. As perguntas, anteriormente mencionadas, podem servir de amparo para compor as Versões de Sentido e estas podem ser compartilhadas com o orientador da pesquisa ou com outros colaboradores, de modo a elaborar o que o encontro terapêutico produziu na experiência do pesquisador.

A quinta etapa avalia os resultados da ação. Neste momento, é interessante reencontrar o participante, porém agora com a intenção de tentar compreender como ele se percebeu na relação e como a prática o afetou, no sentido de ajudá-lo a lidar com o seu problema. Caso o pesquisador opte, pode empregar o recurso das Versões de Sentido com o participante ou com os participantes, no caso da prática ser grupal. Seguindo os apontamentos de Rogers (1985a), a pesquisa fenomenológica, também, pode servir de recurso de coleta e análise de dados empíricos para compreender isso. Recomenda-se, portanto, o método fenomenológico empírico como uma possibilidade para compreender e avaliar a prática, a partir da percepção de quem usufruiu dela. Lembra-se que esse método foi, inicialmente, desenvolvido por Van Kaam (1959/2018) e Giorgi (1997/2008), expoentes que se filiaram à Psicologia Humanista e foram mencionados por Rogers (1985a) em sua proposição de uma ciência humanista.

Demarca-se que o método fenomenológico empírico, nesta proposta de pesquisa-ação, não objetiva compreender a experiência da pessoa para entender os seus significados constitutivos, tal como ocorre comumente nessa empreitada metodológica ou outras aplicações dela (Maeder et al., 2019). Objetiva-se, pois, usar esse modelo qualitativo de coleta e aná-

lise dos dados para compreender como as práticas humanistas (individuais, grupais ou educacionais) afetaram um determinado tipo de experiência. Observa-se, que esses afetos são descritos, compreendidos e analisados em termos do que a prática provocou na experiência do participante em suas dimensões sensitivas, emotivas, perceptivas e intelectivas, não se limitando a buscar relações de causa e efeitos – porém, não negando essa dimensão caso ela compareça como um dado. Logo, em termos de uma prática humanista centrada na pessoa, pensar os efeitos de uma intervenção implica, sobretudo, em reconhecer os afetos que emergiram a partir dela.

Ao organizar o roteiro de entrevistas para coletar dados acerca da intervenção sobre a experiência do participante, sugere-se que ele seja não-estruturado ou semiestruturado para possibilitar a livre resposta ante as perguntas. Estas têm por finalidade provocar um contato e uma narrativa que expresse o fluxo da experiência consciente do que ocorreu ao longo do processo terapêutico (Gomes, 1997), neste caso, relacionada à prática humanista em tela. Salienta-se que a construção do roteiro e a condução da entrevista implicam em uma postura fenomenológica que chama o sujeito pesquisado a co-participar da pesquisa, ao considerar a sua experiência e imersão na intervenção como elementos úteis para a avaliação e o aprimoramento da prática (Paula et al., 2014).

Após a organização da entrevista, procede-se das etapas analíticas do texto, conforme propostas por Giorgi (1997/2008), sintetizadas pelas seguintes etapas. 1) Suspensão fenomenológica das experiências, percepções e teorias do pesquisador para durante a entrevista compreender a experiência alheia por ela própria. 2) Transcrição do material e leitura das entrevistas segundo outra suspensão fenomenológica sobre o que já é conhecido da experiência do participante e da intervenção sobre ela. 3) Elaboração de uma síntese geral sobre o significado de cada entrevista. 4) Retorno ao material transcrito para identificar as unidades de significação que constituem a percepção do participante sobre a prática interventiva – com base na técnica de variação livre e imaginária, capta-se a essência do que o participante vivenciou na relação terapêutica. 5) Organização do conjunto desses elementos para criar eixos temáticos relacionados à prática para refleti-la. Neste último ponto, recomenda-se que aquilo que foi suspenso retorne e que o pesquisador utilize o referencial rogeriano para (re)pensar a sua prática em suas potencialidades e limitações sobre as experiências dos participantes. Caso esse referencial não seja suficiente para fundamentar e amparar o eixo refletido, recomenda-se usar outras contribuições além de Rogers.

Com esse material, completa-se o ciclo da pesquisa-ação e se contrasta os achados com o que se tinha obtido na primeira etapa (Tripp, 2005). Nesse sentido, cabe ao pesquisador ajustar se deve repetir o ciclo, de modo a: acrescentar ou retirar

ideias, elementos teóricos e conceituais; estabelecer um novo planejamento a partir de outros componentes interventivos que podem aprimorar a prática (atitudes, técnicas, orientações, protocolos, instrumentos de avaliação, psicodiagnóstico etc.); exercer a intervenção; registrá-la; examiná-la. Esse ciclo pode se repetir baseado em critérios de repetição dos dados (saturação), tempo de realização da pesquisa-ação (exequibilidade) e satisfação com os resultados (conveniência).

O produto final pode ser escrito em um relatório que apresenta (Tripp, 2005): a análise dos achados, de modo a discutir a intervenção em suas explicações, aplicações e implicações para o tipo de experiência que foi o objeto dela; quais mudanças ocorreram na prática, o que funcionou ou não funcionou e o motivo disso; se a pesquisa-ação foi adequada para lidar com aquele tipo de experiência no seu campo de manifestação e intervenção; as melhorias alcançadas; recomendações para os profissionais que praticam a abordagem rogeriana; os limites encontrados durante o ciclo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs um modelo de pesquisa-ação para aprimorar as práticas humanistas centradas na pessoa em suas mais diversas possibilidades clínicas, educacionais e grupais. No transcurso do que foi exposto é possível considerar que a ideia de reflexão da prática para aprimorá-la, reconstituí-la e desenvolvê-la esteve presente na carreira de Rogers. Tal ideia é comum nos desenhos do delineamento quase-experimental e da pesquisa-ação. Assim, Rogers prosseguiu com essa ideia, deixou algumas pistas que possibilitam aplicar a pesquisa-ação às suas práticas e indicou metodologias fenomenológicas de pesquisa como fontes para o avanço da Psicologia Humanista.

Considera-se que no cenário brasileiro existem muitos psicólogos humanistas que trabalham com o referencial rogeriano e buscam meios para desenvolver suas práticas em dispositivos clínicos, educacionais, grupais, organizacionais, de saúde e atenção psicossocial. Com efeito, espera-se que a disseminação dessa proposta incentive pesquisadores acadêmicos e profissionais a se articularem no sentido de usar os artifícios aqui expostos como mote para aprimorar o legado de Rogers, partindo do referencial dele e com mais critério metodológico. Dependendo do resultado, é possível saber se o legado rogeriano é necessário e suficiente para lidar com certos tipos de demandas, experiências e situações problemáticas. Se não, o modelo permite entender o que precisar ser acrescido, ampliado, retirado ou repensado em função de verificar o desempenho da prática humanista rogeriana em diversos contextos experienciais e institucionais, incluindo serviços de saúde, mecanismos de atenção psicossocial e organizações

de trabalho. Ajuíza-se que esse é um caminho para tornar o humanismo de Rogers mais atual e condizente com as conteúdos profissionais brasileiras e seus problemas locais.

Cabe ao leitor prestar atenção nos inúmeros artigos publicados nos periódicos científicos que demonstram as eficiências, os efeitos e as funcionalidades de outras práticas interventivas, como a terapia cognitiva comportamental, e na apropriação desses estudos e disseminação deles no campo profissional. Eis um motivo para a abordagem centrada na pessoa não ser tão reconhecida, ou indicada, dado que a funcionalidade de sua prática e os seus efeitos sobre determinados tipos de experiência (autismo, luto, *bullying*, divórcio, por exemplo) não são criteriosamente estudados e divulgados em meios acadêmicos. Considera-se que, talvez, isso ocorra em razão da redução equivocada dessa abordagem às atitudes facilitadoras, ao entendimento de que a sua não-diretividade não tem objetivo e que ela acolhe e funciona com qualquer tipo de experiência, sem maiores critérios teóricos, metodológicos, científicos e práticos – o que não condiz com o legado de Rogers. Ajuíza-se que tais reduções são comuns no Brasil e levam diversos pesquisadores e profissionais a buscarem soluções e aprimoramentos em outras abordagens humanistas, fenomenológicas e existenciais, quando não migram para diferentes cercanias psicológicas.

Logo, como um limite desta proposição de pesquisa-ação, considera-se que se o proponente não partir de um aprofundamento internalista à Psicologia Humanista de Rogers, possivelmente, poderá recair nos mencionados equívocos e se sentir desamparado em relação ao entendimento do objeto de estudo e organização da intervenção. Outro limite está em não encontrarmos outra proposição ou relato de pesquisa que partiu de uma pesquisa-ação sobre alguma prática humanista centrada na pessoa, o que ocasiona uma falta de diálogo. É possível indicar a possibilidade da pesquisa-ação sobre práticas comunitárias centradas na pessoa, a exemplo do que Rogers desenvolveu no final de sua carreira. Contudo, isso traria uma complexidade que merece ser tratada em outro escrito, em razão da descontinuidade de tais comunidades. Reconhece-se, ainda, a necessidade de investigações epistemológicas sobre a articulação do método fenomenológico empírico e das Versões de Sentido com a pesquisa-ação, assim como a necessidade de possíveis adaptações. Contudo, isso foge ao escopo dessa proposição metodológica e merece um aprofundamento ulterior.

Como sugestão para avançar na proposta ora findada, em relação às outras possibilidades de avaliação da pesquisa-ação, alguns instrumentos e procedimentos metodológicos podem ser utilizados, dependendo da estratégia do proponente, como: o diário de campo; o inventário Strathclyde, baseado na teoria rogeriana para avaliar os efeitos da terapia na persona-

lidade do cliente; e outras variantes do método fenomenológico empírico ou métodos qualitativos (análise de conteúdo e teoria fundamentada, por exemplo). Indica-se, finalmente, que esse modelo de pesquisa-ação pode ser adaptado para outras abordagens humanistas, como a Gestalt-Terapia e a Focalização, por exemplo.

## FINANCIAMENTO

Não houve.

## DECLARAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO

O autor participou de todas as fases da produção do trabalho.

## DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

O autor declara que não há conflitos de interesse no manuscrito submetido.

## REFERÊNCIAS

- Alencar, E., & Amouloud, S. (2017). A metodologia de pesquisa: metassíntese qualitativa. *Revista Reflexão e Ação*, 25(3), 204-220. <https://doi.org/10.17058/rea.v25i3.9731>
- Amatuzzi, M. M. (2019). *Por uma psicologia humana* (5a Ed). Alínea.
- Castelo Branco, P. C.. (2019). *Fundamentos epistemológicos da abordagem centrada na pessoa*. Via Verita.
- Castelo Branco, P. C., & Cirino, S. D. (2017). Fenomenologia nas obras de Carl Rogers: apontamentos para o cenário brasileiro. *Revista de Psicologia*, 8(2), 44-52. <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/6719>
- Cooper, M., O'Hara, M., Schmid, P., & Bohart, A. (Eds.). (2013). *The handbook of person centred-approach and counselling* (2a Ed.). Palgrave MacMillan.
- Dutra, H. S., & Reis, V. N. dos (2016). Desenho de estudos experimentais e quase-experimentais: definições e desafios na pesquisa em enfermagem. *Revista de Enfermagem*, 10(6), 2230-2241. <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v10i6a11238p2230-2241-2016>
- Gendlin, E. T., & Rogers, C. R. (1967). The design of the research. Em C. R. Rogers., E. T. Gendlin., D. J. Kiesler., & C. B. Truax (Eds.) *The therapeutic relationship and its impact: a study of psychotherapy with schizophrenics* (pp. 23-37). University of Wisconsin Press.
- Giorgi, A. (2008). Sobre o método fenomenológico utilizado como modo de pesquisa qualitativa nas ciências humanas: teoria, prática e avaliação. (A. C. Nasser, Trad.) Em J.

- Poupart. (Ed.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 386-409). Vozes. (Obra original publicada em 1997)
- Gomes, W. B. (1997). A entrevista fenomenológica e o estudo da experiência consciente. *Psicologia USP*, 8(2), 305-336. <https://doi.org/10.1590/S0103-65641997000200015> doi: 10.1590/S0103-65641997000200015
- Gordon, T., Grummon, D. L., Rogers, C. R., & Seeman, J. (1954). Developing a program of research in psychotherapy. Em C. R. Rogers., & R. F. Dymond (Eds.). *Psychotherapy and personality change* (pp. 12-33). University of Chicago Press.
- Grummon, D. (1954). Design, procedures and subjects for the first block. Em C. R. Rogers., & R. F. Dymond (Eds.). *Psychotherapy and personality change* (pp. 35-52). University of Chicago Press.
- Joseph, S. (Ed.). (2018). *The handbook of person-centred therapy and mental health: theory, research and practice*. PCCS.
- Kirschenbaum, H. (2007). *The life and work of Carl Rogers*. American Counseling Association; PCCS Books.
- Lewin, K. (1946). Action research and minority problems. *Journal of Social Issues*, 2(4), 34-46. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1946.tb02295.x>
- Lewin, K. (1947). Frontiers in group dynamics: concept, method and reality in social science; social equilibria and social change. *Human Relations*. 1(1), 05-41. <https://doi.org/10.1177/001872674700100103>
- Maeder, B. J., Holanda, A. F., & Costa, I. I. da (2019). Pesquisa qualitativa e fenomenológica em saúde mental: mapeamento como proposta de método descritivo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, 01-09. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35439>
- Melo, A. S. E., Maia Filho, O. N., & Chaves, H. V. (2016). Lewin e a pesquisa-ação: gênese, aplicação e finalidade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(1), 153-159. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1162>
- Paula, C. C. de., Padoin, S. M. de M., Terra, M. G., Souza, I. E. de O., & Cabral, I. E. (2014). Modos de condução da entrevista em pesquisa fenomenológica: relato de experiência. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 67(3), 468-472 <https://doi.org/10.5935/0034-7167.20140063>
- Rogers, C. R. (1964). Toward a science of the person. Em T. W. Wann (Ed.). *Behaviorism and Phenomenology: contrasting bases for modern psychology* (pp. 109-140). University of Chicago Press.
- Rogers, C. R. (1973). Algumas reflexões referentes aos pressupostos atuais das ciências do comportamento. (D. Leite, Trad.). Em C. Rogers & W. R. Coulson (Orgs.). *O homem e a ciência do homem* (pp. 55-80). Interlivros. (Obra original publicada em 1968)
- Rogers, C. R. (1977). Teoria e pesquisa. (M. Bizotto, Trad.). Em C. R. Rogers & G. M. Kinget. *Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da terapia não-diretiva*: Vol. 1 (pp. 143-282). Interlivros. (Obra original publicada em 1959)
- Rogers, C. R. (1985a). Toward a more human science of the person. *Journal of Humanistic Psychology*, 25(4), 07-24. <https://doi.org/10.1177/0022167885254002>
- Rogers, C. (1985b). *Liberdade de aprender em nossa década* (J. O. de A. Abreu, Trad.). Artes Médicas. (Obra original publicada em 1983)
- Rogers, C. (1992). *Terapia centrada no cliente* (C. C. Bartalotti, Trad.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1951)
- Rogers, C. R. (1997). *Tornar-se pessoa* (M. J. do C. Ferreira & A. Lamparelli, Trans.). Martins Fontes (Obra original publicada em 1961)
- Rogers, C. R. (2001). *Sobre o poder pessoal* (W. Penteado, Trad.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1977)
- Rogers, C. R. (2002). *Grupos de encontro* (J. L. Proença, Trad.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1970)
- Rogers, C. (2005). *Psicoterapia e consulta psicológica* (M. J. do C. Ferreira, Trad.). Martins Fontes. (Original publicado em 1942)
- Rogers, C. R. (2008). As condições necessárias e suficientes para mudança terapêutica de personalidade. Em J. K. Wood (Ed.). *Abordagem centrada na pessoa* (pp. 143-161). EDUFES. (Obra original publicada em 1957)
- Rogers, C. R., & Wallen, J. L. (2000). *Manual de Counselling* (B. Tomé & S. V. Larga, Trans.). Encontro Editora. (Original publicado em 1946)
- Silvino, A. M. D. (2007). Epistemologia positivista: qual a sua influência hoje? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(2), 276-289.
- Tripp, D. (2005). Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. (L. L. Lourenço, Trans.) *Educação e Pesquisa*, 31(3), 443-466. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>
- Van Kaam, A. (2018). Análise fenomenal: exemplificada por um estudo da experiência de "realmente se sentir compreendido". (A. Nobre & W. Gomes, Trans.) *Revista da Abordagem Gestáltica*, 24(2), 260-264. <http://dx.doi.org/10.18065/RAG.2018v24n2.14>  
(Trabalho original publicado em 1959)
- Zoltowski, A. P. C., Costa, A. B., Teixeira, M. A. P., & Koller, S. H. (2014). Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de psicologia brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(1), 97-104. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722014000100012>

**Data de submissão:** 20/09/2020  
**Primeira decisão editorial:** 05/12/2020  
**Aceite:** 19/12/2020